

reveladora frequência, numa ponderada *mise-en-scène* à qual não será estranho o desejo de planificar a sua própria posteridade.

Por outro lado, vários dos textos pacientemente coligidos e comentados por Cristina Nobre — sobretudo correspondência particular e entrevistas disseminadas pela imprensa periódica — constituem testemunhos de inegável interesse metaliterário, porquanto permitem franquear o acesso à oficina de escrita de Lopes Vieira, ajudando, nesse sentido, a cartografar os rumos criativos e os mitos pessoais de um autor que, sintonizado com o sociocódigo neorromântico lusitanista, nunca deixou de, na sua obra, dele propor uma pessoalíssima releitura. São múltiplos os excursos de indagação autorreflexiva do fazer literário, consonantes, regra geral, com um entendimento órfico e sacralizante da Poesia — sem excluir, contudo, o paciente ofício de *limae labor* — de que Lopes Vieira, oscilando entre o orgulho egofânico e a tópica afeição de modéstia, se apresenta como emissário: «Quando escrevo abandono-me ao meu instinto e coloco-me em frente de Deus. Todo o artista deve trabalhar assim. Não, não lhe chame inspiração. É uma palavra que já não tem o significado exacto [...]. Mas quando escrevo, nunca penso no público. Todo o homem que o fizesse, seria um artista morto» (p. 102).

Uma observação final. Não deixa, com efeito, de ser surpreendente que as escassas crónicas de Lopes Vieira, espécie de escrita-tirocínio cultivada no início da sua trajetória literária, não tenham tido sequência. Consciente de que «é difícil encontrar explicação para o quase desaparecimento» do género no percurso do autor, sugere Cristina Nobre que ele se deverá ao «desânimo provocado pela má recepção da obra *Marques*, livro de prosa cuja publicação deve ser vista como consequência natural do manuseamento do registo da crónica literária», argumentando que «as crónicas de imprensa davam assim lugar à publicação de um livro, e a fraca recepção dessa obra havia de limitar a continuidade da produção na área da crónica literária» (p. 37). Não sendo, para mim, evidente esse parentesco natural da crónica com a novela *Marques* — incursão esdrúxula do autor no território da narrativa lírica à Raul Brandão —, ele parece-me, contudo, indelével no caso de *Santo António. Jornada do Centenário*. Dado à estampa em 1932, este texto deriva das crónicas com que Lopes Vieira tinha, no decurso da romagem antoniana empreendida no ano anterior, a pretexto do VII Centenário da morte de Santo António, colaborado no *Diário de Notícias*. Incumbido pelo jornal de assumir as funções de «repórter de Santo António», a crónica faculta, neste caso, o molde arquitetual de um registo diuturno e circunstancialmente escurado, sem, no entanto, inibir o gesto de inscrição subjetiva. A propósito desta aventura peregrinante de um poeta no terreno profano do periodismo é António Ferro quem lembra que «o jornalismo é o

refúgio dos poetas a quem a Vida cortou as asas... Que Lopes Vieira seja bem-vindo! Um poeta que chega ao jornalismo, que vem ao jornalismo, é um irmão feliz que nos visita».

Poeta e jornalista, paladino e integralista, fotógrafo e cinéfilo, conservador e insubmisso, anarca e sebastianista — é este o retrato vívido e policromático de Lopes Vieira que o instigante estudo de Cristina Nobre ajuda a retocar, recortando-o do sépia melancólico ou do *sfumato* imperturbável dos *clichés* fotográficos que o fixaram (exilaram?) na posteridade que lhe coube. O que, naturalmente, convém a um *construtor de nuvens* que de si mesmo disse: «Eu sou reaccionário, mas misturado com um antifascista convicto. Sou monárquico, mas dum rei da casa de Avis, que escolha para a sua corte *homens bons* do Povo e nunca as duquesas beatas e os condes financeiros» (p. 124).

Paulo Alexandre Pereira

* Cristina Nobre, *Afonso Lopes Vieira na Correspondência e Imprensa da Época*, Leiria, Imagens & Letras, 2011.

AGOSTINHO EM TERRAS DE MONTAIGNE

I. Surgiu, em dezembro de 2010, a primeira tradução — uma antologia* — de Agostinho da Silva (1906-1994) para a língua de Montaigne, escritor e língua que ele amou e cultivou ao longo da vida. À língua — que não sei se prezava acima das muitas outras que dominou mas que foi a primeira entre todas, salvante o castelhaño, que bebeu a par do português — dedicou-se desde que entrou no liceu Rodrigues de Freitas, tinha onze anos, onde teve como professor um inovador, Carlos Santos; ao escritor Montaigne leu-o, estudou-o — com uma bolsa do Governo português — no Colégio de França, traduziu-o para português (e talvez para esperanto) e biografou-o, em *Miguel Eyquem, Senhor de Montaigne* (1933), a primeira das cerca de cinquenta biografias que deu à estampa, cujo modelo plutarquizado lhe chegou decerto do convívio próximo, no período que passou em França, entre 1931 e 1933, com o escritor bordelês e com o tempo em que este escreveu, que é o da divulgação na Europa, por mão da língua gaulesa, de Plutarco.

O volume — surgido numa coleção chamada «Mondes Lusophones», chancela que teria caução assertiva e humorada do autor — foi traduzido por Idelette Muzart e Félicité Chauve e retoma com ajustamentos, que alargam a novidade da edição — desta vez coorganizada por Rui Lopo —, a seleção com que Paulo Borges deu corpo em 2006

a uma vasta e representativa mostra de textos a que chamou *Agostinho da Silva. Uma Antologia*, cuja glória está em realizar o milagre de dar em duzentas páginas, sem amputações, sem faltas graves, sem esquecimentos, sem nada que lese a unidade do conjunto, uma obra de dezenas de milhares, publicada em mais de duzentos volumes e distribuída por todos os géneros. A antologia — montada numa estrutura bilateral, que contempla dum lado a ação escrita do autor e do outro as ideias pensadas por ele — funciona como *obra completa*, por aí se vendo a qualidade do trabalho do antologador e quanto o conhecimento que tem do autor constitui hoje um termo de difícil ultrapassagem.

No domínio da atividade escrita de Agostinho, uma das vertentes da ossatura bilateral com que o volume está modelado, deparamos, logo a abrir, para o evidenciar ao leitor, com o criador de heterónimos, um terreno até agora mal conhecido — a explosão heteronímica em Agostinho teve o seu clímax na década de 60 no Brasil, no rescaldo da publicação de *Um Fernando Pessoa* (1959), num período da vida do autor muito mal conhecido entre nós, o do final do exílio brasileiro — mas que o organizador da coletânea valoriza e pretende singularizar.

A opção de dar primazia à heteronímia agostiniana é o primeiro acerto deste trabalho, pois a fragmentação de personalidades não é em Agostinho, como se julgaria, um fenómeno mimético, consequência da assimilação epidérmica da experiência dramática de Pessoa, mas um processo de maturação interior, que vinha da adolescência, com uma primeira explosão de heterónimos e de pseudónimos entre 1922 e 1924, longe pois do influxo de Pessoa, de que ficou largo registo no jornal *O Comércio do Porto* — explosão ausente desta seleção, centrada em exclusivo nos heteronímicos estilhaços da última década brasileira —, e que encontrará tão-só, muitos anos depois, na leitura de Pessoa, decerto nos dois volumes da edição de Casais Monteiro (1942), um catalisador apropriado mas não indispensável para o clímax.

Ainda no domínio da atividade escrita, de seguida ao criador dos heterónimos, pela ordem do selecionador, vem o *helenista* e o *latinista*, a começar pelo estudante do Rodrigues de Freitas e da Faculdade de Letras do Porto, onde estudou com Torrinha e Canuto Soares, licenciando-se e doutorando-se em Filologia Clássica, em ambas as vezes com vinte valores, e a continuar pelos comentários que escreveu nas revistas *A Águia* e *Seara Nova*, pelas edições que fez de textos clássicos, a abrir a irrepreensível edição das *poesias* de Catulo (1933) — que lhe valheu uma infame acusação de plágio por parte de Alfredo Pimenta —, pelas traduções que deu até ao final da vida, pelo diálogo próximo que manteve em Santa Catarina e em Brasília com o exímio helenista, tradutor da *Poética* de Aristóteles, Eudoro de Sousa, e até pela fidelidade com que lidou até ao fim com algumas das noções basilares — por

exemplo, *Idade de Ouro e Bárbaros* — que se desenvolveram com o mundo clássico.

Impossível individualizar — como se fez para o *heteronimizador* e o *classicista* — cada um dos domínios que modelam a primeira vertente do volume. No espaço desta resenha basta enumerá-los, para se indiciar a sua riqueza, ainda que só através da individualização pudéssemos usufruir dela: além dos dois já indicados, temos o *biógrafo*, cujo estudo ocuparia um livro grosso, o *poeta*, cuja obra está por reunir num único volume que nos permita estudá-lo com autonomia, o *narrador*, que deixou duas obras perfeitas à narrativa portuguesa, *Herta, Teresinha, Joan* (1953) e *Lembranças Sul-Americanas* (1989), o *tradutor*, que não foi apenas o classicista que traduziu Anacreonte, Catulo, Tácito, Cícero, Virgílio e outros mas o que deu à língua textos incomparáveis de Rilke, Whitman, Eliot, Cavafis, Montaigne e mais, o *crítico*, que deixou espalhada a sua atividade por muitas publicações, sobretudo na primeira juventude, e por fim o *profeta*, o *visionário*, o *sonhador*, que já no ocaso da vida atualizou, com realismo notável, no quadro da geopolítica mundial do pós-guerra, quando a Europa começava a fazer cura de magreza e o colosso de Kubitschek e Jânio se levantava no horizonte como um outro Sol, uma ideia de António Vieira e Fernando Pessoa, o Quinto Império, que muitos punham por anacrónica, cadáver frio e sem proveito, mas que ele deu a ver como um mito dinâmico, com fôlego para acender muita vida.

Quem conheça, mesmo ao de leve, a herança de Agostinho da Silva, sabe que nesta extensa enumeração falta todavia um dos aspectos cruciais, se não o capital, da sua vasta e fecunda atividade: o homem atento à educação, quer pelas reflexões que nessa área deixou, de que destaca *O Método Montessori* (1939) e a biografia de *Pestalozzi* (1938), quer pelas traduções de experiências pedagógicas avançadas e libertárias que assinou, quer ainda pelo património único que legou à cultura portuguesa, com quase duas centenas de *cadernos culturais* publicados (1938-1946), distribuídos por três coleções, uma para jovens e duas para adultos, com os quais pretendeu, de forma barata e direta, dar ao país uma cultura superior, no que foi bem sucedido, se se atender que foi a procura crescente dos *cadernos* que levou Agostinho a ser preso pela ditadura, em 1943, levando-o no ano seguinte ao exílio e ao início do seu período brasileiro, de que só regressou, e mesmo assim com passaporte brasileiro, depois do afastamento do ditador.

Pelo facto de Agostinho nunca se ter tomado como educador, nem por pensador, se entende que o responsável pela antologia deixe em branco esses dois espaços, preferindo trocá-los — ou preenchê-los — pelas matérias que nesses campos, a pedagogia e a filosofia, mais cativaram o autor e sobre as quais deixou aproximações, comen-

tos, glosas, notas ou considerações: a ética, a civilização, a antropologia, a educação, a ciência, a política, a economia, a história, a sociedade, a cultura, a metafísica, a teologia, a cosmologia, a religião e a mística, tantas as parcelas em que o labor desmedido deste homem generoso e inesgotável incidiu — e outras mais, se as houvesse, a estas se juntariam.

Entre a compleição do corpo antológico, criado na bifrontalidade de duas partes simétricas, numa completude especular de *obra completa*, e o título do volume — onde só figura a tríade *penseur, écrivain, éducateur* — pode o leitor encontrar algum balanço de desajuste, já que a rubrica de *educador* nem sequer existe no critério que presidiu à seleção de textos, ao contrário do heteronimista, do poeta, do helenista e do vaticinador; para o desajuste contribui ainda o facto de estas menções não merecerem alusão no título do livro, senão a coberto do *escritor*, artigo com o qual eu me contentaria no batismo do volume, pois escritor, e dos mais fecundos que entre nós em caligrafia pessoalíssima maneja a língua, foi antes e depois do restante Agostinho da Silva.

No título, a conceder mais, apenas juntaria *conversador*, que é a face dupla do *escritor*, o seu segundo rosto, como a conversa — a que ele, autor das *conversas vadias*, muito quis, a ponto de recriar uma ideia de *vida conversável* — é o reverso indispensável da escrita, o verbo em estado fluido e líquido por contraste com o verbo petrificado, embora monumentalizado, da escrita.

II. Mas este livro não é apenas uma antologia de Agostinho da Silva na língua de Montaigne. Na verdade a silva de textos ocupa só dois terços do volume total, sendo ementa substancial mas não exclusiva. O terceiro terço, «Agostinho da Silva et ses lecteurs», é ocupado pela publicação de dez textos sobre Agostinho — dos seguintes autores, na ordem apresentada, Paulo Borges, Guilherme de Oliveira Martins, José Eduardo Reis, Renato Epifânio, António Braz Teixeira, Miguel Real, Fernando Alves Cristovão, Amon Pinho, Eduardo Lourenço e Romana Valente Pinho — e resultado da sessão de estudo e homenagem que teve lugar no dia 13 de fevereiro de 2007, quando se completava o centésimo primeiro aniversário do escritor, no Centro Cultural Calouste Gulbenkian, em Paris, com o apoio dum centro de investigação francês sobre o mundo lusófono, o CRILUS, e da cátedra Lindley Cintra do Instituto Camões, na Universidade de Nanterre, o primeiro representado por Idelette Muzart e a segunda por José Manuel da Costa Esteves, os dois responsáveis, com Paulo Borges, pela edição do livro, autores do exórdio inicial, «Agostinho da Silva: Rencontres, Paroles et Voix», a merecer aqui a parabenização por tão feliz iniciativa.

É impossível, também desta vez, em curta resenha, individualizar os dez escritos da bibliografia passiva, esmiuçando texto a texto e aquilatando autor a autor. De qualquer modo, permito-me selecionar três deles, que não têm por força de ser os preferidos de todos, ainda que o primeiro me pareça impossível de trocar, e os dois outros entabulem diálogo sobre ponto — o da poesia e suas adjacências — crucial como nenhum, embora mal esclarecido, na receção de Agostinho.

Em primeiro lugar Paulo Borges, que, além de antologador, assina o texto de abertura do conjunto, «Le précurseur d'un monde à découvrir», e que, pelo peso que tem na fabricação do volume, pela relação antiga com a obra de Agostinho, não se pode dispensar mesmo em resenha mínima. A relação de Paulo Borges com Agostinho da Silva — tinha ele pouco mais do que vinte anos — recua à recolha dos *Dispersos* (1988), um volume de quinhentas páginas, que demorou vários anos a idear, montar e completar e que exigiu um convívio frio e apaixonado com os textos de Agostinho e até com o próprio. Foi esse lastro — a que se somou a organização, com Helena Briosa e Mota, entre 1999 e 2003, das primeiras *obras* de Agostinho em vários volumes — que lhe permitiu gizar depois, com felicidade rara, num minúsculo corpo contendo em duzentas páginas o universo infinito do autor das biografias, a antologia do centenário, agora atualizada na edição francesa, com novo pórtico, datado de março de 2009, onde o antologador define assim o grão de areia que dá ao leitor: «une anthologie représentative des différentes phases de l'œuvre agostinienne, qui constitue une introduction commode à ses grands thèmes et questions» (p. 125).

O texto apresentado por Paulo Borges no colóquio do Centro Cultural Calouste Gulbenkian, reproduzido na abertura da primeira parte do volume, insiste, em parágrafos cheios, no Agostinho diverso e vário — do criador de heterónimos ao helenista, do educador ao pensador, do místico ao poeta, do biógrafo ao crítico, do político ao sonhador, do metafísico ao libertário; o escrito serve assim de primeiro fio condutor da antologia, um adro para o leitor se acomodar na entrada do edifício. O texto não impediu todavia o autor — também antologador — de anotar momento a momento a coletânea, dedicando curtas e incisivas notas a cada parte da montagem antológica, que, selecionada com vasto convívio com os *linguados* de Agostinho, junta o interesse de valiosos comentários e glosas (que interessa confrontar com o articulado posterior do autor sobre Agostinho, «Metanoia, Samadhi e o Mundo a Haver — Revolução espiritual e metamorfose civilizacional em Agostinho da Silva ou Da Lusofonia como mediação para a reintegração da Europa no Universal», publicado em *Uma Visão Armilar do Mundo*, 2010).

Depois de Paulo Borges, assinalem-se, de forma individualizada, os textos — «Agostinho da Silva écrivain: poésie et fiction», e «Le rêve de Agostinho da Silva: entre Quint-Empire et Europe» — de Miguel Real e de Eduardo Lourenço, pela relação que entre si estabelecem no ponto atrás referido, o da poesia e seus arredores. Miguel Real defende no seu estudo, recolhido no livro *Agostinho da Silva e a Cultura Portuguesa* (2007), que o escritor não tem entrada na literatura portuguesa — «son nom se devrait retrouver moins dans l'histoire de la littérature portugaise que dans ses marges» (p. 65) — e só do lado do pensamento e da filosofia encontra lugar. Para isso faz o processo duro do narrador de *Herta, Teresinha, Joan*, não topando nele *estilo literário* — «son œuvre restera dans l'histoire de la philosophie au Portugal, mais pas dans celle de la littérature» (p. 58). A este julgado responde Lourenço na sua intervenção: «On a déjà parlé ici du statut littéraire d'Agostinho da Silva. Je ne crois pas qu'il soit un poète, mais il est, à n'en point douter, un écrivain. [...] Cet homme possède une culture classique et il écrit bien. Il est donc à sa place dans notre littérature et, s'il n'y est pas encore, il faut l'inclure. Je vous le recommande» (p. 100).

Se me perguntam o que avalio do ponto aqui em debate, digo que a recomendação do segundo — ressaltando eu, demais, o *poeta*, por causa das recriações de Rilke, Catulo ou Cavafis, e ainda por muitos e muitos poemas próprios — me parece mais avisada do que a exclusão do primeiro, que peca por severidade e até por fragilidade instrumental na leitura, isto sem negar a Miguel Real o lugar de grande e experiente crítico. Se tirarmos Agostinho da Silva à literatura portuguesa, melhor, à poesia portuguesa, roubamos-lhe um dos seus casos mais singulares, passamos em branco um dos mais pessoalizados criadores verbais — está ainda por fazer o elenco da sua *fala* escrita, no léxico, na coloquialidade, na sintaxe — que apareceu na língua em que escreveu, sem com isso aproveitar à filosofia, já que esta também vive ou morre da capacidade dos seus autores individualizarem, se bem que sem formas dramáticas, a linguagem verbal. E é por isso que Hesíodo é tão poeta quanto Homero e Vieira tão escritor quanto Camões.

António Cândido Franco

* *Agostinho da Silva — Penseur, écrivain, éducateur*, org. Idélette Muzart, José Manuel Esteves e Paulo Borges, Paris, L'Harmattan, 2010.

EDUARDO LOURENÇO: ANTINIILISMO E RADICALIDADE

É difícil, talvez mesmo impossível, destacar os textos deste primeiro volume* das *Obras Completas* de Eduardo Lourenço do universo da sua extensíssima obra, ainda que a produção ensaística colocada sob o título de *Heterodoxias* seja comumente considerada aquela mais diretamente relacionada com temas e autores filosóficos. A verdade é que a apropriação que Lourenço faz dos múltiplos temas e autores é sempre filosófica por excelência, já que, como ele diz, estamos aqui a falar de uma «dignidade que é sempre dada pelo modo de questionar e não pela natureza da questão» (p. 391). Por outras palavras, Lourenço não é mais filósofo quando escreve sobre Kant ou Heidegger do que quando escreve sobre Pessoa ou Vergílio Ferreira, ainda por cima quando, a seu ver, uma parte do discurso filosófico se cunhou como literatura e o *logos* filosófico se exprime tantas vezes literariamente (p. 501). O que pode pois justificar esta usual convicção de que as *Heterodoxias* possuem um significado filosófico à parte na sua obra? Na realidade, tal convicção tem sentido, na medida em que é nesse conjunto de textos, cuja produção preenche literalmente a segunda metade do século XX (*Heterodoxia I* é editada em 1949) e vem até nós, com a *Heterodoxia III*, organizada para este volume, que se percebe que o filósofo Eduardo Lourenço adquire a sua identidade. Para além do *ecce homo* que é sempre uma outra face da escrita filosófica do autor, em *Heterodoxias I, II e III* apresenta-se, por assim dizer, sem mediações, o filósofo. É nesse longo movimento de reflexão sobre a experiência humanamente vivida, que o leitor consegue captar não apenas uma lógica interna de evolução, mas uma filosofia que é já, falando à maneira de Hegel, «espírito objetivo», algo que adquiriu uma forma final reconhecível.

As duas primeiras *Heterodoxias* suscitaram entre os comentadores precisamente o problema da identidade, do lugar ideológico ou filosófico donde provinha um pensamento assumido como heterodoxia (veja-se a Introdução ao Volume I, de João Tiago Pedroso de Lima). De um espaço demasiadamente largo, entre as grandes ortodoxias representadas pelo catolicismo e o marxismo? Talvez de um existencialismo cristão, cuja motivação crítica toca frequentemente o niilismo, sem com este se confundir? Da vontade de um humanismo autêntico que procura a sua melhor forma na filosofia, mas também, necessariamente, fora dela? Ou, mais concretamente ainda, da simples vontade de colocar a atitude existencialista como um lugar incontornável do diálogo, essa janela aberta por João XXIII? Estamos em crer que é a partir de tudo isto e de muitos mais outros lugares que a voz polifónica de Lourenço se vai formando. A polémica da definição da identidade, a revelação do verdadeiro lugar a partir do qual (e no qual) Lourenço pensa, escrevendo, é na verdade alimentada por ele próprio, num movimento de